

Falhas na Comunicação: Queixas Secundárias para Demandas Primárias em Psicoterapia de Família

Terezinha Féres-Carneiro¹

*Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

Renata Mello

Rebeca Nonato Machado

*Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

Andrea Seixas Magalhães

*Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

Resumo

Este trabalho tem por objetivo avaliar em que medida a queixa inicial da família centrada na “falta de comunicação” pode enunciar um modo de funcionamento relacional marcado por ansiedades e defesas primitivas. Tal funcionamento se expressa na indisponibilidade dos membros da família em relação aos estados emocionais estabelecidos entre eles, dificultando o reconhecimento da alteridade e da diferença. Desenvolvemos uma pesquisa com metodologia clínico-qualitativa, focalizando as entrevistas preliminares com 16 famílias, pertencentes aos segmentos médios, médio-baixos e baixos da população carioca, atendidas no Serviço de Psicologia Aplicada de uma universidade privada. Seleccionamos três dos 16 casos clínicos para ilustrar a discussão. Observamos, nos casos estudados, que a precariedade da troca emocional entre os membros da família dificulta a busca conjunta por entendimento e solução para problemas familiares. Concluímos que a psicoterapia de família, buscando reconhecimento da autonomia individual e a abertura para as idiosincrasias emocionais, se mostra fundamental para que a comunicação seja eficaz, promovendo saúde emocional familiar.

Palavras-chave: Comunicação, família, demanda de psicoterapia, psicoterapia familiar.

Communication Failures: Secondary Complaints over Primary Demands in Family Psychotherapy

Abstract

This study aims to evaluate to what extent the initial family complaint of “lack of communication” may contain a relational mode characterized by anxiety and primitive defenses. This dynamic is evidenced by the unavailability of family members concerning the states of mind of each other, which hinders the recognition of otherness and difference. We conducted a research using clinical and qualitative methodology, conducting preliminary interviews with 16 families, belonging to middle, lower-middle

¹ Endereço para correspondência: Rua General Góes Monteiro, 8, Bl. D, Apto. 2403, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 22290-080. E-mail: teferca@puc-rio.br, renatamello@gmail.com, recanm@gmail.com e andrasmp@puc-rio.br

and lower classes of the population of Rio de Janeiro, who sought treatment at the Service of Applied Psychology of a private university. We selected three out of the 16 clinical cases in order to illustrate the discussion. In the cases studied, we noticed that the precariousness of emotional exchange between family members hampers the joint search for understanding and the solution of family problems. We concluded that family psychotherapy, by recognizing individual autonomy and providing openness to emotional idiosyncrasies, promotes an efficient communication and, thus, family emotional health.

Keywords: Communication, family, psychotherapy demand, family psychotherapy.

Fallas en la Comunicación: Quejas Secundarias para Demandas Primarias en Psicoterapia Familiar

Resumen

Este estudio tiene como objetivo evaluar el grado en que la queja referente a las “fallas de comunicación”, presentada por la familia al inicio de la psicoterapia, puede contener la manera relacional marcada por la ansiedad y defensas primitivas. Esta dinámica se expresa en la indisponibilidad de los miembros de la familia en relación a los estados emocionales entre ellos, lo que dificulta el reconocimiento de la alteridad y de la diferencia. Desarrollamos una investigación con metodología clínica-cualitativa, realizando entrevistas preliminares con 16 familias, pertenecientes a los segmentos medios, medio-bajos y bajos de la población de Rio de Janeiro, que frecuentaron el Servicio de Psicología Aplicada de una universidad privada. Seleccionamos tres de los 16 casos clínicos para ilustrar la discusión. En los casos estudiados, observamos que la precariedad del intercambio emocional entre los miembros de la familia dificulta la búsqueda conjunta por entendimiento y la solución de problemas familiares. Concluimos que la psicoterapia de familia, al reconocer la autonomía individual y dar apertura para las idiosincrasias emocionales, promueve una comunicación eficaz y, consecuentemente, la salud emocional familiar.

Palabras clave: Comunicación, familia, demanda de psicoterapia, psicoterapia familiar.

Na clínica com famílias, percebemos que a maioria delas procura psicoterapia com uma queixa centrada no comportamento sintomático de um de seus membros ou circunscrita apenas em alguma dificuldade específica. Contudo, conforme avançamos na avaliação do funcionamento intersubjetivo familiar, observamos que a queixa inicial explícita apenas uma parte dos conflitos. Desse modo, sustentamos a concepção de que uma cuidadosa avaliação familiar, no período de entrevistas preliminares em psicoterapia de família, deve investigar para além da queixa manifesta, indo em direção às motivações inconscientes do sofrimento intersubjetivo. Esse sofrimento é o âmago da demanda familiar compartilhada, pertencente ao espaço interpéssico, composta por demandas primárias, muitas vezes, incompreensíveis para todo grupo (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2011).

Sendo assim, postulamos que o trabalho inicial do psicoterapeuta visa à passagem da queixa sintomática para uma incipiente enunciação de fantasias, de afetos e de padrões relacionais conscientes e inconscientes. Tal trabalho permite que a família possa perceber a participação de todos no sofrimento em relação ao qual estão habituados a se distanciar ou a se vitimizar. Dessa forma, viabiliza-se a transformação de uma posição familiar passiva, com rotinas repetitivas, para uma atitude mais ativa e criativa nas relações entre os membros da família.

O período de entrevistas preliminares permite, assim, ao psicoterapeuta compreender que tipo de demanda inconsciente lhe faz a família, junto com a qual há o desejo de transformação (Rocha, 2011). Referimo-nos a um trabalho “artesanal”, cuja efetivação advém do reconhecimento e do entendimento de vivências emocionais intensas e ainda não representadas,

articuladas a mecanismos de defesa e a determinados padrões de relacionamento familiar.

No âmbito dessas considerações, o objetivo deste trabalho é avaliar em que medida a queixa inicial da família centrada na “falta de comunicação” pode enunciar um modo de funcionamento relacional marcado por ansiedades e defesas primitivas. Este trabalho foi elaborado a partir da articulação das abordagens psicanalíticas e sistêmicas da clínica com família, conforme proposta por diferentes autores (Féres-Carneiro, 1996; Flaskas & Pocock, 2009; Lemaire, 1982; Nicolló, 1988).

Entrevistas Preliminares com Famílias

O início de uma psicoterapia, seja ela individual ou familiar, é um momento importante que exige uma escuta atenta e um sensível manejo por parte do psicoterapeuta. Esse período inicial é específico e diferenciado do tratamento, e é composto por entrevistas preliminares que fazem parte de um método clínico (Bleger, 1980/2001). A investigação deve ser ampla, priorizando conhecer o histórico de vida do sujeito ou da família, entender o pedido de ajuda e o que está por trás da queixa manifesta, buscando a definição do diagnóstico e da indicação da psicoterapia (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2008, 2011).

É fundamental que esteja claro para a família a importância de iniciar um tratamento conjunto. Por isso, a construção de uma demanda familiar torna-se central, tendo em vista que cada membro vem à primeira entrevista com objetivos e motivações próprias. Muitas vezes, essas diferenças contribuem para a apresentação de um discurso coletivo confuso, cabendo ao psicoterapeuta a função de auxiliar a família a perceber uma demanda compartilhada (Eiguer, 1985).

Quando nos deparamos com uma nova família, entramos em um campo de questionamentos e, sobretudo, de incertezas, que colocam em xeque o nosso conhecimento teórico-clínico. Rait (2010) afirma a importância de a primeira entrevista, com a família ou o casal, abranger aspectos semelhantes àqueles presentes no encon-

tro às cegas, envolvendo ansiedade, desconhecimento e estranhamento.

O período de entrevistas preliminares com famílias diz respeito a um mergulho na complexidade do sistema familiar, o qual poderá nos afogar, caso não tenhamos capacidade de pensar nos motivos latentes para o sofrimento conjunto. Essa busca por fazer emergir o que ainda se encontra obscuro no «aqui e agora», por meio do intercâmbio de associações de pensamentos, favorece a transformação de passagens ao ato em simbolização e a implicação de todos os membros da família em relação àquilo de que se queixam (Machado et al., 2011).

A Enunciação do Latente e a Comunicação da Lógica Subjacente

A descoberta do inconsciente se apresenta como uma das grandes marcas da psicanálise, desde os primórdios vienenses até os dias de hoje, e supõe a presença de dois registros distintos de funcionamento do psiquismo: consciente e inconsciente. Em sua obra capital sobre a interpretação dos sonhos, Freud (1900/1996) realiza a distinção entre conteúdo manifesto e pensamento latente, sendo o primeiro acessível à consciência e, o segundo, inteiramente inconsciente. Nesse sentido, refere-se ao conteúdo manifesto e ao pensamento latente como dois modos de expressão distintos, os quais compreendem lógicas e regimes peculiares.

Dessa perspectiva, o conteúdo manifesto se institui como uma distorção dos pensamentos latentes. Nesse sentido, o processo pelo qual os pensamentos latentes são transformados em conteúdo manifesto é designado por Freud no texto acima referido como trabalho de distorção. A via oposta, partindo do conteúdo manifesto em direção aos pensamentos latentes, consiste justamente no trabalho de interpretação. Com efeito, a ideia freudiana é a de que haveria dois textos psíquicos diferentes, um original e, o outro, a sua tradução. Afirmar a presença de uma tradução implica em considerar a existência de um discurso encobridor, arredo à verbalização consciente. Interessa-nos, especialmente, marcar

o fato de que estamos lidando com duas modalidades de comunicação da linguagem.

A palavra “comunicar” se origina do latim *comunicare* que significa “tornar comum”, “fazer saber” (Cunha, 2010), tendo como objetivo a transmissão de certas informações ao interlocutor, ou seja, trata-se de uma ação destinada a estabelecer um contato com o outro. De acordo com Winnicott (1963/1983), “a comunicação se origina do silêncio” (p. 173), na medida em que pressupõe uma comunicação silenciosa entre o eu e o outro, através da vitalidade dos sentidos, anterior à primazia da linguagem verbal. A perspectiva winnicottiana concede, portanto, valor de narrativa aos elementos sensoriais, perceptivos e motores não expressos por meio de palavras. Nessa direção, McDougall (1978/1983) acrescenta que o ato de comunicar se refere a uma posição de estar em relação, por meio da qual se torna possível estar verdadeiramente em contato com o outro nos mais diferentes níveis relacionais.

A esse propósito, Roussillon (2005) ressalta a existência de uma “comunicação mimo-gesto-postural”, ainda que a discursividade seja, em princípio, mais eficaz na comunicação. Desse modo, a função informativa da comunicação se apresenta como secundária diante das trocas primitivas. É importante atentar, portanto, para o clima emocional no qual as palavras são ditas, ou seja, devemos incluir, além do conteúdo verbal, a dimensão não verbal da interação, ambas fundamentais para a comunicação.

Comunicação na Família

A comunicação foi o primeiro fenômeno estudado nos primórdios da construção teórico-metodológica do campo das Terapias Familiares. Na década de 1950, Gregory Bateson foi um dos pioneiros na investigação da comunicação patológica em famílias com membros psicóticos. Chamava-lhe atenção, neste contexto familiar específico, as sequências de situações ambivalentes, caóticas e ambíguas que favoreciam a desestruturação relacional e a patologia (Bateson, Jackson, Haley, & Weakland, 1956). Já nesse primeiro estudo, podemos identificar uma busca

de compreensão para além do conteúdo referente às palavras na comunicação, procurando ampliar o entendimento do modo como as palavras são ditas e, assim, dando ênfase ao relacional. Acreditava-se que as regras de relação definiam a interação e a maneira como os membros familiares enquadravam uma conduta ao se comunicarem (Zordan, Dellatorre, & Wieczorek, 2012).

A Teoria da Comunicação, enfocada na dimensão pragmática, propõe uma das postulações mais importantes e ricas para articulação com outras perspectivas teóricas, referente a seu primeiro axioma. O axioma em questão é composto pela assertiva de que toda comunicação é um “agir” influente na relação, no qual a palavra é apenas uma parte do que está sendo comunicado e que, mesmo em sua ausência, alguma mensagem estará sempre sendo enviada. Assim, nasceram as primeiras discussões sobre como a interação afetiva familiar cria qualidades particulares às suas mensagens no seu jogo interacional (Costa, 2010).

Para Elkaïm (2008), a comunicação é um recurso de (re)formulação das questões intersubjetivas. As dificuldades encontradas nas tentativas de comunicação na família podem levar o sistema a não falar abertamente de receios e de determinadas vivências, por temor à reação do outro membro familiar. Nessas circunstâncias, muito provavelmente, instala-se um circuito de comunicação caótica, promovendo um impedimento de um “fazer saber”, no sentido de poder estar em contato mais autêntico no âmbito familiar.

Recentemente, temos constatado o retorno do interesse em investigar o papel da comunicação no jogo interacional familiar (Floyd & Morman, 2014; Galvin, Braithwaite, & Bylund, 2016). No estudo realizado por Portugal e Isabel (2013), constatou-se que pais e filhos consideravam a comunicação essencial para a compreensão do outro sujeito. Nos dados encontrados, foram valorizadas as tentativas de metacomunicação, considerando que os pais relataram buscar esclarecer a interação com seus filhos. Tais tentativas não impediram a presença de problemas comunicacionais, como a falta de clareza e direcionalidade.

A fim de descobrir estratégias comunicacionais na relação filhos e pais, Wagner, Carpenedo, Melo e Silveira (2005) desenvolveram um estudo com adolescentes, entre 12 e 15 anos, a partir de grupos focais, nos quais eram discutidos aspectos que poderiam atuar como facilitadores ou dificultadores na comunicação com seus pais. Os jovens relataram que o mau humor dos genitores surge como um empecilho ao diálogo. Outro dado significativo foi o fato de os adolescentes evitarem abordar assuntos sérios quando seus pais estão ocupados. Entretanto, é interessante notar que utilizam esta mesma falta de tempo dos pais para abordarem assuntos que para eles não são agradáveis, como uma nota ruim na escola, por exemplo, pois assim terão pouco tempo para discutir o assunto.

No bojo dessas ideias, consideramos que se comunicar é entrar em contato com a alteridade e estabelecer uma conexão emocional com o outro. Deparamo-nos, então, com a velha pergunta e desejo de saber de todos: O que se passa na cabeça do outro? Nesse sentido, Elkaïm (2014) enfatiza que, para haver clareza e possibilidade de comunicação eficaz na família, é preciso haver o reconhecimento do outro; para isso, é preciso aceitar a diferença e a autonomia do outro enquanto um sujeito separado de mim. Visando a um aprofundamento dessa argumentação, vamos nos valer da teoria psicanalítica, que muito desenvolveu esse tema, para discutir a questão da comunicação primitiva. Tal comunicação se engendra a partir das primeiras experiências relacionais do sujeito, que ocorrem na relação com a figura que exerce a maternagem.

Relações Primitivas

A compreensão psicanalítica sobre a constituição do sujeito implica em pensar que ele nasce precedido por um discurso familiar, que antecipa o seu lugar e a sua condição no mundo. Nesse sentido, Aulagnier (1990) pontua que o sujeito passa a existir em um “espaço falante”, que terá grande influência na estruturação de seu ego. Esse “espaço falante” é formado pelo desejo materno e paterno, pelas fantasias e pelas

idiosincrasias do mundo interno dos pais em relação ao bebê.

Pautado neste viés, o ego é uma instância psíquica historicizada que insere o bebê numa ordem temporal, simbólica e imersa na trama inconsciente edipiana de seus pais (Scatolin, 2011). Segundo Aulagnier (1990), o ego do bebê é antecipado pelo ego da mãe ao interpretá-lo em termos de suas vivências emocionais. Dessa maneira, passa a ser construída uma comunicação primitiva que sustenta e atende às necessidades básicas do bebê – tanto no nível físico como emocional. Nessas condições, o recém-nascido comunica as suas experiências intensas e a mãe, por sua vez, experimenta tal intensidade em si mesma, tornando-se apta a traduzi-las. Nesse momento precoce da existência do sujeito, sua interação com o meio externo ocorre por meio de processos psíquicos, sobretudo de ordem primária, buscando sentido e ligação psíquica (Aulagnier, 2010).

Esse “espaço falante” deve prover ao lactante uma compreensão de suas comunicações que ocorrem por sinais e percepções sensíveis, reações aos estímulos internos e externos, oferecendo um sentido àquilo que não tem, todavia, uma representação. De acordo com Bion (1965/1991), a mãe acolhe os estados emocionais do bebê e os devolve como elementos processados e aptos a serem pensados, sonhados e fantasiados. Reside aí a força comunicacional que se estabelece nas primeiras trocas do lactante com seus primeiros objetos, precedente à aquisição da linguagem verbal.

Segundo McDougall (1978/1983), a comunicação primitiva corresponde a uma busca pelo sentido do ato e é a mãe que, como fonte de vida do lactante, deve se disponibilizar libidinalmente a ser o aparelho de pensar de seu bebê. O bebê, por meio de suas experiências sensoriais, procura encontrar alguém que possa recebê-las, a fim de dividir aquilo que ainda é indizível, viabilizando, assim, as descargas das tensões pulsionais. Portanto, para o recém-nascido, é preciso sustentar um estado fusional com a mãe, como forma arcaica de relação, na medida em que a separação pode ser vivenciada como uma forma de

abandono ou punição. Nessa unidade mãe-bebê instaurada, há a recusa do estatuto de sujeito separado que tenha emoções próprias e ideias independentes.

Nesse contexto, Aulagnier (2010) menciona que a voz do outro poderá ser uma prova de que a vivência dessa unidade é falsa, revelando a presença do hiato entre falante e ouvinte. Porém, essa mesma voz que apresenta a separação se mostra como veículo de enunciação da interpretação dos sinais referentes aos estados de existência do bebê. Para isso, é imprescindível que o outro permita e deseje ser alvo de defesas arcaicas do tipo introjeção-projeção e de clivagem, cujo efeito resulta no equilíbrio narcísico do bebê (McDougall, 1978/1983). É importante sublinhar que é a partir da continência materna que o bebê apreende, gradativamente, o modo de processamento e comunicação das suas vivências. Aulagnier (2010) afirma que, nesse momento, se faz importante destacar a construção de uma copresença na linguagem, na qual se formam as significações primárias que serão a base das produções psíquicas.

Na prática clínica com famílias, é possível observar que falhas na comunicação primitiva, indicando a existência de um ambiente relacional pouco responsivo, dificultam a vivência precoce de crianças quanto à aprendizagem em relação a se comunicar verdadeiramente com o outro (McDougall, 1978/1983). Nessas condições, podemos dizer que uma das marcas fundamentais deixadas no sujeito é a precariedade em estabelecer uma comunicação consigo mesmo, não reconhecendo seus estados emocionais, tampouco sendo capaz de reconhecer os dos outros.

Método

Com o objetivo de avaliar em que medida a queixa inicial da família centrada na “falta de comunicação” pode enunciar um modo de funcionamento relacional marcado por ansiedades e defesas primitivas, desenvolvemos uma pesquisa baseada em uma metodologia clínico-qualitativa (Turato, 2013), centrada nas entrevistas preliminares com famílias.

Participantes

Participaram da pesquisa 16 famílias, com no mínimo um filho e no máximo seis filhos com idades variadas, que buscaram atendimento no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nos anos de 2014 e 2015. Os membros familiares estavam assim distribuídos: 14 mães, 11 pais, 1 madrasta e 3 padrastos, com idades entre 26 e 65 anos; 14 filhos crianças e pré-adolescentes entre 3 e 12 anos, 13 filhos adolescentes entre 13 e 17 anos e 6 filhos jovens adultos entre 19 e 25 anos. As famílias pertencem aos segmentos médios, médio-baixos e baixos da população carioca e são constituídas em diferentes configurações: 6 casadas/em união estável, 2 separadas, 6 recasadas e 2 monoparentais. Apenas uma das 16 famílias é homoparental, masculina e recasada. Selecionamos para apresentar e discutir neste trabalho três casos, dos 16 atendidos, que consideramos ilustrar a problemática em questão.

Procedimentos

As entrevistas preliminares (em número aproximado de seis entrevistas com cada família) foram realizadas por estagiários das equipes de Psicoterapia de Família e Casal da universidade onde o estudo foi realizado. As entrevistas foram registradas segundo o modelo de relato clínico. Os dados foram analisados a partir da investigação das temáticas e questões predominantes abordadas pelas famílias no período de avaliação. Foram focalizadas as queixas manifestas e os motivos latentes descritos nos relatórios.

O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição em que foi desenvolvido. As características do Serviço de Psicologia Aplicada enquanto clínica-escola são inicialmente explicitadas para os pacientes, assim como o sigilo em relação à identidade dos mesmos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, permitindo a utilização dos dados em ensino, pesquisa e publicação.

Apresentação de Três Casos Clínicos

Os relatos clínicos das entrevistas preliminares foram analisados tendo-se como foco a queixa manifesta, os motivos latentes do sofrimento familiar e os principais conflitos existentes. Na maioria das 16 famílias atendidas, constatamos que a queixa inicial estava ligada, direta ou indiretamente, a questões relacionadas à comunicação familiar. Percebemos que as famílias, ao se queixarem de problemas de relacionamento, relatavam dificuldades de comunicação, como brigas, vivências de pouco entendimento e de falhas no reconhecimento do outro. Selecionamos para apresentar e discutir neste trabalho três, dos 16 casos atendidos, que consideramos ilustrar a problemática da precariedade da comunicação. Observamos que tal problemática está vinculada a questões de ordem da comunicação primitiva e de estados emocionais precoces, os quais se apresentam por meio de atuações no campo relacional.

Caso 1

Configuração Familiar. Mãe de 58 anos, separada, morando com as duas filhas, uma de 25 anos e, a outra, de 21 anos. O pai recasou-se e permanece presente na vida cotidiana das filhas.

Mãe e filhas procuraram atendimento familiar porque, segundo as mesmas, estavam tendo muitos problemas relacionais por conta dos constantes desentendimentos entre elas, o que desencadeava brigas, falta de escuta e mal-entendidos. Localizavam, como as principais razões das brigas, a perda da privacidade quando a filha mais velha levava seu noivo para casa, bem como a interferência da mãe na vida das filhas, a qual é definida pelas mesmas como controladora e sem vida própria: “*Se ela pudesse, ela faria tudo por nós*”, diz uma das filhas. Ao longo das entrevistas, as interferências da mãe em relação à vida autônoma das filhas foram ficando mais explícitas, inclusive quanto à qualidade da relação fraterna. Uma das filhas descreve o aspecto invasivo de sua mãe comparando-a a uma mão: “*quer pegar todo mundo com a mão*”. O pai é

descrito como alguém presente, cujas orientações são respeitadas e, sobretudo, ouvidas pelas filhas. Segundo a mãe, ele apenas conversa e não briga, o que faz as filhas conviverem bem com ele.

Percebemos, a partir desses dados, o quanto a mãe camufla suas dificuldades de ter uma vida própria apropriando-se da vida das filhas. As orientações maternas são justificadas pelo desejo de atender às necessidades das filhas e em nome do bem-estar das mesmas. Porém, quando nos aprofundamos na dinâmica familiar, vemos que essas orientações da mãe visam a atender às suas próprias demandas primitivas, como a ansiedade de desamparo, de abandono. Isso dificulta, por exemplo, que a filha mais velha possa sair de casa para viver com o namorado, mesmo o casal já tendo uma casa própria. Como resultado, vemos as filhas indisponíveis para escutarem a mãe no plano manifesto, mas ao mesmo tempo atendidas nas demandas de seus aspectos precoces e, por isso, ambivalentes em relação à conquista da independência.

Caso 2

Configuração Familiar. Mãe separada, com uma filha de 11 anos que nunca conheceu o pai biológico. Também mora com elas há quatro anos o namorado da mãe, que não é apontado como exercendo uma função parental.

A mãe procurou ajuda queixando-se de não saber se relacionar com a filha, principalmente após esta apresentar o comportamento antissocial de roubar dinheiro e correspondências dos vizinhos. Elas descreveram que conviviam muito pouco, pois a primeira trabalha muito para sustentá-las financeiramente. Mantinham-se distantes uma da outra emocionalmente, apesar de um emaranhamento relacional explicitado na prática de dormirem no mesmo quarto, enquanto o namorado da mãe dormia na sala: “*A gente até conversa, mas o tempo da gente fazer essas interações é muito, muito escasso*”. A filha reclamou da ausência da mãe, mas acrescentou que, quando ela está em casa prefere ir para a casa de amigos ou de um casal amigo, com os quais a menina estabeleceu uma transferência parental

idealizada. Com relação à ausência do pai biológico, ela expressa ter se acostumado e revela não ser mais afetada com este fato.

O terceiro é defensivamente rechaçado (o pai biológico/ o namorado) desta relação. Nesse caso, não parece haver uma aprendizagem no sentido de se comunicar verdadeiramente com o outro, tal como ilustram as queixas de não terem tempo para ficarem juntas. Mãe e filha se encontram emaranhadas e, por isso, não podem estabelecer contato, tendo em vista que, para tal, seria preciso existir dois sujeitos minimamente independentes e diferenciados.

Caso 3

Configuração Familiar. Os pais, mãe de 43 anos e pai de 46 anos, são recasados e possuem filhos de relações anteriores; possuem apenas uma filha de 6 anos fruto do casamento entre eles.

A mãe pede ajuda psicoterápica, pois se queixa de que nem ela nem o marido sabem se relacionar com a filha. Localizam a dificuldade na grande diferença geracional entre eles e a filha, desencadeando muitas brigas em diversas situações da rotina familiar. É difícil para os pais se verem como adultos e ocuparem de fato um lugar diferente na cadeia geracional, possivelmente contribuindo para a intolerância dos mesmos face à diferença entre as gerações.

Conforme ocorre o avanço das entrevistas preliminares, é possível para o casal verbalizar conflitos conjugais, cujo alvo apontado pela mãe é a preferência do marido pela “primeira” família. Mãe e filha apresentam uma relação fusionada, representada pelo fato de dormirem juntas no mesmo quarto, enquanto o pai dorme em outro. A mãe menciona ter constantes vivências de rejeição ligadas à sua família de origem, pois lhe fora cobrado cuidar de seus sete irmãos, de modo que a sua mãe nunca lhe dava atenção. Também relata que fora criada pela avó materna ao ser deixada pela própria mãe. A rejeição que vivera acaba sendo atualizada na relação ambígua com a filha e também em seu relacionamento conjugal. Por exemplo, sua suposição de que haja uma preferência do marido pelos filhos do primeiro casamento.

A filha de seis anos, no desenrolar das entrevistas, vai se apresentando irritada e hostil para falar sobre os assuntos abordados no *setting*. Parece ficar no lugar da criança que a mãe não pôde ser; assim, a relação das duas se configura, predominantemente, como uma relação mãe-bebê, na qual há uma recusa à separação. Consequentemente, o marido não pode ocupar seu lugar, tampouco há o reconhecimento de sua participação no casal parental.

Discussão

Pudemos constatar, nos três casos apresentados, como as regras de relação definem a interação e a conduta dos familiares ao se comunicarem, conforme postulam Zordan et al. (2012). Contudo, foi possível também observar como essas regras ficam alicerçadas em vivências muito primitivas de vinculação com o outro, as quais estão caracterizadas por ansiedade de separação, em razão das quais a discriminação entre o eu e não-eu acaba podendo ser vivenciada como algo persecutório (Aulagnier, 2010; McDougall, 1978/1983).

Observamos, nos casos estudados, que a troca verbal nestas famílias está desgastada e se mostra ineficaz para a solução de problemas. As próprias famílias reconhecem e verbalizam este modo de comunicação, apresentando-o como fator central do seu sofrimento. Contudo, aquilo que se apresenta como queixa pela família se mostra secundário à demanda primária de tratamento das falhas da constituição do aparelho psíquico familiar. Este modo comunicacional revela, portanto, falhas na constituição de um aparelho pensante, uma das funções primárias de maternagem, via pela qual os aspectos não representados são inscritos no campo simbólico. Essa troca verbal, que vem com uma roupagem agressiva encarnada especialmente nas brigas, se mostra mais como uma atuação da família de seus aspectos ainda não representados. Ou seja, percebemos que eles fazem muito “barulho”, ruídos, tais como os gritos de um bebê, sedentos por uma busca de comunicação e sentido (McDougall, 1983/1978).

Nesse sentido, entendemos que as queixas referentes à presença de brigas e à dificuldade de se relacionar sinalizam o sofrimento diante da precariedade de chamarem o outro para uma troca emocional e autêntica. A briga aparece, então, como um agir na relação que comunica o desejo de se conectar profundamente com o outro e, quem sabe, poder modificar-se.

Essas famílias apresentam dificuldade de estar em relação, tal como visto no Caso 2. Nesse caso, a atuação da filha, o comportamento do “roubo”, se apresenta como um pedido de ajuda. Há, neste pedido, uma reivindicação inconsciente para compor uma identidade “roubada”, na medida em que os pais são faltantes (Scatolin, 2011). A filha rouba dinheiro e correspondências como uma tentativa de resgatar afeto, cuja base está na comunicação primitiva. Isso confirma as afirmações de McDougall (1983/1978) de que a comunicação eficaz requer disponibilidade para o contato verdadeiro com o outro. Palazzoli (2000) ressalta que a troca verbal, muitas vezes, se apresenta como um recurso restrito e que comunicar é um ato para além das palavras.

Verificamos semelhanças nos casos estudados quanto à impossibilidade de reconhecer a autonomia do outro e à dificuldade de lidar com um terceiro que necessariamente separa e exclui. No Caso 3, o marido não consegue ocupar o seu lugar, na medida em que, para haver dois, é preciso um terceiro que separe, introduzindo o reconhecimento do hiato (Aulagnier, 2010). Para haver clareza e viabilização da comunicação na família, é preciso o reconhecimento do outro enquanto um sujeito separado de mim (Elkaïm, 2014).

Identificamos que a identidade adulta dos pais não está integrada, dificultando que ocupem um lugar diferente do lugar de filho na cadeia geracional. Os aspectos infantis dos pais acabam repercutindo nos seus padrões relacionais criando, muitas vezes, impasses para a construção de relações maduras. Entendemos que se implicar na relação de maneira madura corresponde à capacidade de lidar com as frustrações, com os limites de todo ser humano e com a interdependência nas relações.

Considerações Finais

Nas famílias estudadas, parece predominar o mecanismo defensivo infantil de rechaço às diferenças. Recusa-se a diferença geracional, a assimetria de lugares, e a independência do sujeito, elementos inexoráveis em uma relação parento-filial estruturante. Como resultado, encontramos o esvaziamento da função parental e da disponibilidade interna dos pais de ser o aparelho continente para a família. É importante ressaltar a necessidade de se identificar os estados emocionais primitivos, para além do conteúdo verbalizado, nas entrevistas preliminares com famílias, a fim de que sejam, ao longo do tratamento, integrados na comunicação e trabalhados conjuntamente.

Uma das dificuldades em desenvolver este estudo clínico-qualitativo com famílias envolve o fato de as construções dos relatos não terem sido feitas diretamente pelos autores, sendo obtidos por meio dos relatórios institucionais. Trata-se, portanto, de uma produção coletiva a posteriori pela via escrita, que apresenta restrições no que diz respeito à complexidade de um atendimento em família, tais como: a escuta de fenômenos não verbais e sensíveis, o lugar da transferência e da contratransferência, a dinâmica familiar no aqui e agora da sessão. Consideramos que a constatação destas restrições aponta para a necessidade crescente de ampliação do conhecimento e manejo metodológico de casos clínicos com famílias atendidas em instituições.

Por fim, este trabalho possibilitou o acesso a questões relevantes relacionadas ao funcionamento familiar. A este respeito, constatamos que as queixas secundárias, a propósito das falhas de comunicação entre os membros das famílias estudadas, apontam para uma demanda primária por um verdadeiro contato psíquico e por uma capacidade de pensar em relação. Desse modo, consideramos que, quando o mal-entendido na comunicação pode ser compreendido pela família, novos modos comunicacionais podem ser criados e instaurados, engendrando, por sua vez, formas inéditas de estar em relação. Esta discussão se constitui como um ponto de partida para novas pesquisas.

Referências

- Aulagnier, P. C. (1990). *Um intérprete em busca de sentido: Vol. II*. São Paulo, SP: Escuta.
- Aulagnier, P. C. (2010). *La violencia de la interpretación – del pictograma al enunciado* (2. ed.). Buenos Aires: Amorrortu.
- Bateson, G., Jackson, D. D., Haley, J., & Weakland, J. H. (1956). Towards a theory of schizophrenia. *Behavior Science*, 1, 251-246. doi:10.1002/bs.3830010402
- Bion, W. R. (1991). *As transformações: A mudança do aprender para o crescer*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1965)
- Bleger, J. (2001). *Temas de psicologia: Entrevista e grupos* (2. ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1980)
- Costa, L. F. (2010). A perspectiva sistêmica para a Clínica da Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 95-104. doi:http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500008
- Cunha, A. G. (2010). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Lexikon.
- Eiguer, A. (1985). *Um divã para a família: Do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Elkaïm, M. (2008). *Como sobreviver à própria família*. São Paulo, SP: Integrare.
- Elkaïm, M. (2014). *Comment survivre à sa propre famille*. Paris: Points Essais.
- Féres-Carneiro, T. (1996). Terapia familiar: Das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4(16), 38-42. doi:http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931996000100007
- Flaskas, C., & Pocock, D. (2009). *Systems and psychoanalysis: Contemporary integrations in family therapy*. London: Karnac Books.
- Floyd, K., & Morman, M. T. (2014). *Widening the family circle: New research on family communication*. San Francisco, CA: Sage.
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos (J. Salomão, Trad.). In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 4-5, pp. 15-659). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1900)
- Galvin, M. K., Braithwaite, O. D., & Bylund, C. L. (2016). *Family communication: Cohesion and change*. London: Routledge.
- Lemaire, J. (1982). Thérapie familiale et thérapie du couple: convergences et divergences. *Dialogue: Recherches Cliniques et Sociologies sur le Couple et la Famille*, 75, 29-40.
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2008). Demanda clínica em psicoterapia de família. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 18(41), 555-566. doi:http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300011
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2011). Entrevistas preliminares em psicoterapia de família: Construção da demanda compartilhada. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 11(2), 669-699.
- McDougall, J. (1983). A contratransferência e a comunicação primitiva. In J. McDougall, *Em defesa de uma certa anormalidade: Teoria e clínica psicanalítica* (pp. 98-114). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1978)
- Nicolló, A. M. C. (1988). *Soigner à l'intérieur de l'autre: notes sur la dynamique entre l'individu et la famille*. Roma: mimeo.
- Palazzoli, M. (2000). É necessário ir além do modelo sistêmico. In M. Elkaïm (Ed.), *Terapia Familiar em transformação* (pp. 57-61). São Paulo, SP: Summus.
- Portugal, A., & Isabel, A. M. (2013) A comunicação parento-filial: Estudo das dimensões comunicacionais realçadas por progenitores e por filhos. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 26(3), 479-487.
- Rait, D. S. (2010). Openig step: A structural approach to working with couples. In A. S. Gurman (Ed.), *Clinical casebook of couple therapy*. New York: Guilford Press.
- Rocha, F. J. B. (2011). *Entrevistas Preliminares em Psicanálise*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Roussillon, R. (2005). La conversation psychanalytique: un divan en latence. *Revue Française de Psychanalyse*, 2(69), 365-381. doi:10.3917/rfp.692.0365
- Scatolin, H. G. (2011). Contribuições de Piera Aulagnier à metapsicologia freudiana: Um enfoque sobre os modos de funcionamento originário, primário e secundário para a constituição do Eu. *Psicologia Revista*, 20(2), 145-165.

- Turato, E. R. (2013). *Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico Qualitativa*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Wagner, A., Carpenedo, C., Melo, L. P., & Silveira, P. G. (2005). Estratégias de comunicação familiar: A perspectiva dos filhos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 277-282.
- Winnicott, W. D. (1983). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 163-174). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1963)
- Zordan, E. P., Dellatorre, R., & Wieczorek, L. (2012). A entrevista na terapia familiar sistêmica: Pressupostos teóricos, modelos e técnicas de intervenção. *Perspectiva* (Erechim), 36(136), 133-142.

Recebido: 16/06/2016
1ª revisão: 25/08/2016
Aceite final: 02/09/2016